



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024
PROCESSO SECOM Nº 060/2023

DATA: 10/04/2024

HORÁRIO DE ABERTURA: 10:00 horas

LOCAL: Portal do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: 389297

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Critério de Julgamento: Menor Preço global do grupo

Modo de Disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO**, por meio do Pregoeiro, designada pela Portaria de nº 10.160/2023, sediado(a) à Rua Pamplona, 1200 – Jardim Paulista – São Paulo/SP, CEP 01405-001, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de auditoria independente (auditoria externa), para revisão e avaliação do ambiente de controles internos relacionados aos procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, recursos humanos (pessoal), incluindo as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, além de outros, no âmbito do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – CRECISP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.9.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor trimestral e anual do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 4.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

6.13. Caso o Termo de Referência exija a visita ao local, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) local(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

- 9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** fraudar a licitação
- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
 - 9.2.2.** multa;
 - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

10.3.1. Pelo e-mail compras@crecisp.gov.br;

10.3.2. Petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Pamplona, 1.200 – Jd. Paulista – CEP: 01405-001, ao Setor de Compras.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.crecisp.gov.br.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.11.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
- 11.11.3.** ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato.

São Paulo, 07 de março de 2024.

Pregoeiro



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90009/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade solicitante	Departamento de Desenvolvimento Profissional
----------------------------	--

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa do ramo, especializada e habilitada, visando a prestação de serviços de serviço de auditoria independente (auditoria externa), para revisão e avaliação do ambiente de controles internos relacionados aos procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, recursos humanos (pessoal), incluindo as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, além de outros, no âmbito do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – CRECISP, da forma prevista no item relativos as “obrigações da adjudicatária - descrição dos serviços a serem alcançados – contrapartidas” neste TR, aplicando-se a NBC T 11 e sua evolução, utilizando-se de procedimentos por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cujo processo será conduzido por meio da modalidade licitatória Pregão (I, do art. 28), em formato eletrônico, do tipo menor preço (XLI, do art. 6º, c.c. o § 5º do art. Art. 8º e § 4º, do art. 17, I, art. 33, todos da Lei nº 14.133, de Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, publicada no DOU de 1º.4.2021 - Edição extra-F), conforme determinação contida no Acórdão nº 1046/2014 - Plenário - TCU, ressaltando-se que os trabalhos de auditoria pretendidos alcançarão os três tipos principais aplicáveis ao setor público: auditoria de demonstrações financeiras, auditoria de conformidade e auditoria operacionais, sendo que os objetivos de cada uma determinam as normas que lhe são aplicáveis.

1.1.1. Auditoria financeira: foca em determinar se a informação financeira da entidade a ser apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. Isso é alcançado obtendo-se evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.

1.1.1.1. A auditoria financeira representa trabalhos de certificação, uma vez que se baseia em informações financeiras apresentadas pela parte responsável.

1.1.1.2. Independentemente da nomenclatura, não há dúvida sobre a importância da auditoria financeira para o aprimoramento da qualidade das informações apresentadas pelas demonstrações contábeis no setor público e para as boas práticas de governança.

1.1.2. Auditoria operacional: foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O desempenho é examinado segundo critérios adequados, e as causas de desvios desses critérios ou outros problemas são analisados. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.

1.1.2.1. A auditoria operacional representa, normalmente, trabalhos de relatório direto.

1.1.3. Auditoria de conformidade: foca em determinar se um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios. A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos.

1.1.3.1. A auditoria de conformidade pode representar trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

1.2. Os serviços serão realizados nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Serviço	Periodicidade (trimestres)
1	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras.	1º trimestre/ 2024
2	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
3	Apresentação do relatório de “revisão”.	
4	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
5	Apresentação do Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento.	
6	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria, com avaliação da efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações.	
7	Relatório trimestral contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP.	
8	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras.	2º trimestre/ 2024
9	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
10	Apresentação do relatório de “revisão”.	
11	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
12	Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento.	
13	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria, com avaliação da efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações.	



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

14	Relatório trimestral contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP.	
15	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras.	3º trimestre/ 2024
16	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
17	Apresentação do relatório de “revisão”.	
18	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
19	Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento.	
20	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria de “revisão” referente a efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações.	
21	Relatório trimestral da auditoria de “avaliação”, contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP.	4º trimestre/ 2024
22	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras.	
23	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
24	Apresentação do relatório de “revisão”.	
25	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”.	
26	Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento.	
27	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria de “revisão” referente a efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações.	
28	Relatório trimestral da auditoria de “avaliação”, contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas	



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

	Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP.	
29	Prestação de Contas Anual – A data da apresentação do Relatório Anuais está prevista no item 5.3. do Termo de Referência	

1.3. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado, uma vez que é a auditoria externa tem como finalidade avaliar as demonstrações contábeis e auxiliar na gestão de recursos públicos.

1.4.2. A possibilidade de prorrogação não exime a Administração Pública de realizar pesquisa de mercado antes de renovar a contratação, uma vez que é necessário aferir a vantajosidade do contrato.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em geral, a auditoria do setor público pode ser descrita como um processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com critérios aplicáveis. A auditoria do setor público é essencial, pois fornece aos órgãos de controle, bem como aos responsáveis pela governança e ao público em geral, informações e avaliações independentes e objetivas acerca da gestão e do desempenho de políticas, programas e operações institucionais.

2.2. As auditorias do setor público partem de objetivos distintos, dependendo do tipo de auditoria que está sendo realizada. No entanto, todas elas contribuem para a boa governança.

2.3. A parte a ser auditada será o CRECISP que é a unidade que estará sujeita a ação de auditoria, a qual fará o exame independente, das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis, e das demais previsões contidas no item 9 e subitens subsequentes.

2.4. Todo o trabalho de auditoria deve ser documentado de modo a assegurar a sua revisão e avaliação e manutenção das evidências obtidas. Todas as informações relevantes para dar suporte às conclusões e aos resultados da auditoria devem ser registradas. Os papéis de trabalho constituem a documentação que evidencia todo o trabalho desenvolvido pelo auditor, contendo registro de todas as informações utilizadas, das verificações a que procedeu e das conclusões a que chegou, independentemente da forma, do meio físico ou das características intrínsecas ou extrínsecas. Auditores devem preparar a documentação de auditoria em detalhes suficientes para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, incluindo a fundamentação e o alcance do planejamento, a natureza, a oportunidade, a extensão e os resultados dos procedimentos de auditoria executados, os achados de auditoria e as suas evidências, que, tecnicamente, significa o exame objetivo de evidências com o fim de fornecer uma visão técnica conclusiva sobre o seu nível de desenvolvimento ou de conformidade.

2.5. Conformidade é agir em sintonia com as regras. É o cumprimento de políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, regimentos, resoluções, portarias ou outros requisitos normativos. O mesmo que *Compliance*.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

2.6. A auditoria de “revisão” de controles e procedimentos e de “avaliação” das demonstrações “demonstrações contábeis”, serão levadas a efeito tendo-se como base as Normas Brasileiras de Auditorias Aplicadas ao Setor Público, Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, dentre outras aplicáveis ao fim, de forma a permitir a elaboração dos relatórios trimestrais e anuais de auditoria, nos quais sejam demonstradas a reais situações orçamentária, financeira e patrimonial da CRECISP, no período analisado, para auxiliar a tomada de decisões com informações mais precisas e detalhadas da situação econômica, além de promover mais segurança às informações, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, evitando assim inconformidades que poderiam ensejar possíveis danos para a CRECISP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Tipos de trabalho:

3.1.1. Nos trabalhos de certificação: a parte a ser contratada deverá proceder a mensuração de acordo com os critérios a serem adotados, apresentando as informações do objeto, sobre as quais o auditor obtém as evidências suficientes e apropriadas a proporcionar uma base razoável para expressar uma conclusão.

3.1.2. Nos trabalhos de certificação, o relatório de auditoria pode expressar uma opinião quanto a estar a informação sobre o objeto, em todos os aspectos relevantes, livre de distorções ou se o objeto está em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos. Em um trabalho de certificação, o relatório é, geralmente, chamado de Relatório do Auditor.

3.1.3. Nos trabalhos de relatório direto: é o auditor quem deverá mensurar ou avaliar o objeto de acordo com os critérios. O auditor seleciona o objeto e os critérios, levando em consideração risco e materialidade. O resultado da mensuração do objeto de acordo com os critérios é apresentado no relatório de auditoria na forma de achados, conclusões, recomendações ou de uma opinião. A auditoria do objeto pode também proporcionar novas informações, análises ou novas perspectivas.

3.1.3.1. Nos trabalhos de relatório direto, o relatório precisa declarar os objetivos da auditoria e descrever como eles foram abordados na auditoria. Isso inclui os achados e as conclusões sobre o objeto e pode também incluir recomendações. Informações adicionais sobre critérios, metodologia e fontes de dados podem também ser incluídas, e quaisquer limitações ao escopo da auditoria devem ser descritas. O relatório de auditoria deve explicar como a evidência obtida foi utilizada e justificar as conclusões que foram alcançadas. Isso permitirá que o relatório de auditoria proporcione aos usuários previstos o grau de confiança necessário.

3.2. Etapas da Auditoria:

3.2.1. Planejamento:

3.2.1.1. As ações tomadas no momento anterior a realização da auditoria são determinantes para o sucesso das atividades. O planejamento começa com a elaboração de um plano, que irá orientar a execução da auditoria. Esse plano deverá apresentar todas as atividades numa linha do tempo, além do escopo, com processos, departamentos/setores ou as áreas específicas que serão auditados.

3.2.1.2. Nesta etapa também é importante que o auditor identifique toda a documentação relacionada, tais como políticas ou procedimentos de qualidade.

3.2.2. Preparação:



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.2.2.1. É o momento em que os auditores poderão conhecer um pouco mais sobre perfil do CRECISP, analisando mais a fundo a documentação, dentro do escopo do trabalho pretendido.

3.2.2.2. É importante que cada membro da equipe de auditoria esteja preparado para a atividade, com acesso ao check-list de verificação. O checklist é fundamental para orientar o auditor de modo a não esquecer nenhum detalhe a ser avaliado, assim como para registrar as constatações e observações.

3.2.3. Execução:

3.2.3.1. A execução do trabalho de auditoria se dá através da coleta de informações, que determinam se o departamento/setor ou área em questão está seguindo os normativos e procedimentos de controle.

3.2.3.2. Nesta fase, o auditor entrevista as pessoas, fazendo perguntas e tomando nota das constatações. De acordo com o que for constatado, os planos de auditoria e checklists podem ter seu escopo expandido, e podem ser submetidos a uma avaliação mais profunda.

3.2.3.3. É neste momento que serão registradas as não conformidades, ou seja, situações que ocorreram em desacordo com o processo e procedimento normativos.

3.2.4. Encerramento e Follow-up:

3.2.4.1. Após concluída a execução da auditoria é que o trabalho “real” começa. A equipe de auditores se reúne para rever as áreas problemáticas, e para determinar as recomendações para corrigir eventuais problemas detectados. Essas informações irão compor o relatório de Resultados da Auditoria.

3.2.4.2. Esse relatório é um insumo importante para as reuniões estratégicas realizadas pelas lideranças. Ele ajuda a avaliar os resultados e a definir como implementar as ações de melhoria sugeridas pela equipe de auditores.

3.2.5. Princípios e Normas Fundamentais de Auditoria:

3.2.5.1. O serviço a ser contratado, deverá ser executado em observância as normas e princípios fundamentais de auditoria do setor público, aplicando-se as Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público – NBASP; Resolução CFC nº 1203, de 27 de novembro de 2009, que aprova a NBC TA 200; Resolução CFC nº 1.328/2011 que aprova a nova estrutura normativa para a contabilidade e para a auditoria e sua evolução, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Normas de Auditoria Governamentais (NAG), Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, editados pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, normas de auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT), além de outras normas aplicáveis ao setor público, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade – IFRS (International Financial Reporting Standards):

3.2.5.2. Princípios gerais:

3.2.5.2.1. Os princípios de auditoria do setor público são fundamentais para a condução do trabalho pretendido, por traduzir um processo cumulativo e iterativo, agrupado e relacionado aos requisitos organizacionais, tendo o auditor o dever de considerá-los antes do início e em mais de um momento das etapas específicas do processo de auditoria, senão vejamos:

3.2.6. Ética e independência:



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.2.6.1. Os auditores devem cumprir exigências éticas relevantes e ser independentes. Princípios éticos devem estar incorporados ao comportamento profissional do auditor.

3.2.6.2. Os auditores devem manter-se independentes, de modo que seus relatórios sejam imparciais e sejam visto como tal pelos usuários do CRECISP, devendo manter comportamento profissional apropriado, aplicando ceticismo profissional e julgamento profissional e exercendo o devido zelo ao longo de toda a contratação dos serviços de auditorias.

3.2.6.3. A atitude do auditor deve ser caracterizada pelo ceticismo profissional e pelo julgamento profissional, que devem ser aplicados quando tomam decisões sobre o curso de ação apropriado.

3.2.7. Julgamento, devido zelo e ceticismo profissionais:

3.2.7.1. Os auditores devem exercer o devido zelo para assegurar que seu comportamento profissional é apropriado. Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia a suficiência e adequação da evidência obtida ao longo da auditoria. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos. O julgamento profissional significa a aplicação coletiva de conhecimentos, habilidades e a experiência dos membros da equipe ao processo de auditoria. Devido zelo significa que o auditor deve planejar e executar auditorias de uma maneira diligente. Os auditores devem evitar qualquer conduta que possa desacreditar seu trabalho.

3.2.8. Controle de qualidade:

3.2.8.1. Os auditores devem realizar os trabalhos da auditoria em conformidade com as normas profissionais de controle de qualidade. As políticas e os procedimentos de controle de qualidade devem estar em conformidade com normas profissionais, a fim de assegurar que a auditoria seja realizada com um nível de qualidade consistentemente elevado.

3.2.8.2. Os procedimentos de controle de qualidade devem abranger questões tais como a direção, revisão, avaliação e supervisão do processo de auditoria e a necessidade de consulta a fim de alcançar decisões em assuntos difíceis ou controversos.

3.2.9. Gestão de equipes de auditoria e habilidades:

3.2.9.1. Os auditores devem possuir ou ter acesso às habilidades necessárias. Os membros da equipe de auditoria devem possuir, coletivamente, o conhecimento, as habilidades e a competência necessários para concluir com êxito a auditoria. Isso inclui compreensão e experiência prática acerca do tipo de auditoria que está sendo realizada, familiaridade com as normas e a legislação aplicáveis, entendimento das operações da entidade e habilidade e experiência para exercer julgamento profissional.

3.2.10. Risco de auditoria:

3.2.10.1. Os auditores devem gerenciar os riscos de fornecer relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria. O risco de auditoria é o risco de que o relatório de auditoria possa ser inadequado. O auditor executa procedimentos para reduzir ou administrar o risco de chegar conclusões inadequadas, reconhecendo que as limitações inerentes a todas as auditorias significam que uma auditoria nunca pode fornecer absoluta certeza da condição objeto.

3.2.10.2. Quando o objetivo é fornecer asseguração razoável, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.2.10.3. A auditoria pode também visar fornecer asseguração limitada, caso em que o risco aceitável de não conformidade com critérios é maior do que em uma auditoria de asseguração razoável. A auditoria de asseguração limitada fornece um nível de asseguração que, no julgamento profissional do auditor, será significativo para os usuários previstos.

3.2.11. Materialidade:

3.2.11.1. Os auditores devem considerar a materialidade durante todo o processo de auditoria. A materialidade é relevante em todas as auditorias. Uma questão pode ser julgada material se o seu conhecimento é suscetível de influenciar as decisões dos usuários do CRECISP.

3.2.11.2. Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários. Esse julgamento pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto.

3.2.11.3. A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos. As características inerentes a um item ou grupo de itens podem tornar uma questão material por sua própria natureza. Uma questão pode, também, ser material por causa do contexto em que ela ocorre.

3.2.11.4. As considerações sobre materialidade afetam as decisões relativas à natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria, e a avaliação dos resultados da auditoria. Essas considerações podem incluir preocupações das partes interessadas, interesse público, exigências regimentais e consequências para a sociedade.

3.2.12. Documentação:

3.2.12.1. Os auditores devem preparar documentação de auditoria que seja suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas. A documentação de auditoria deve incluir uma estratégia de auditoria e um plano de auditoria. Deve registrar os procedimentos executados e a evidência obtida e apoiar a comunicação dos resultados da auditoria. A documentação deve ser suficientemente detalhada para permitir a um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entender a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados, a evidência obtida para apoiar as conclusões e recomendações da auditoria, o raciocínio por trás de todas as questões relevantes que exigiram o exercício do julgamento profissional e as respectivas conclusões.

3.2.13. Comunicação:

3.2.13.1. Os auditores devem estabelecer uma comunicação eficaz durante todo o processo de auditoria. É essencial que a entidade auditada seja mantida informada de todas as questões relacionadas com a auditoria. Esta é a chave para o desenvolvimento de uma relação de trabalho construtiva.

3.2.13.2. A comunicação deve incluir a obtenção de informação relevante para a auditoria e a disponibilização oportuna de observações e achados de auditoria à administração e aos responsáveis pela governança durante o trabalho.

3.2.14. Opinião:

3.2.14.1. Quando uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser em um formato padronizado. A opinião pode ser não



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

modificada ou modificada. Uma opinião não modificada é usada tanto para asseguarção razoável como para asseguarção limitada.

3.2.14.2. Uma opinião modificada pode ser:

3.2.14.2.1. qualificada (exceto por) – quando o auditor discorda com, ou é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente a apropriada acerca de, certos itens do objeto que são ou podem ser relevantes, mas não generalizados;

3.2.14.2.2. adversa – quando o auditor, após ter obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, conclui que desvios ou distorções, quer individualmente ou no agregado, são relevantes e generalizados;

3.2.14.2.3. abstenção – quando o auditor é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, devido a uma incerteza ou limitação de escopo que é tanto relevante quanto generalizada.

3.2.14.3. Quando a opinião é modificada, as razões devem ser colocadas em perspectiva, explicando claramente, com referência aos critérios aplicáveis, a natureza e extensão da modificação. Dependendo do tipo de auditoria, recomendações para ações corretivas e eventuais contribuições para deficiências do controle interno podem também ser incluídas no relatório.

3.3. Aplicação dos Procedimentos das Auditorias:

3.3.1. A aplicação dos procedimentos da auditoria pretendida deve ser realizada, em razão da complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em virtude da contratação vislumbrar a realização de serviço técnico intelectual, não há incidência de critérios de sustentabilidade, no âmbito do meio ambiente natural, conforme especificações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do serviço a ser contratado, especialmente no que se refere à responsabilidade do auditor independente pelos relatórios emitidos.

4.3. Não será admitida a contratação de empresas organizadas na forma de consórcio, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do objeto a ser contratado, especialmente no que se refere à responsabilidade do auditor independente pelos relatórios emitidos.

4.4. Em razão da faculdade prevista no art. 96, da Lei nº 14.133/21, a espécie da contratação pretendida não requer a prestação de garantia.

4.5. As propostas comerciais/de preços, deverão ser apresentadas pelas licitantes interessadas de forma global, equivalentes a 12 (doze) meses, alcançando todos os itens do Termo de Referência, objetos das contrapartidas (item 9 e subitens subsequentes), ressaltando-se que serão os valores globais os elementos admitidos no julgamento.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: janeiro de 2024, com análise da documentação trimestralmente.

Item	Trimestres:	Especificações:	Unidade de Medida:	Quantidade:
1	1º trimestre/ 24 Parcial	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras, conforme contrapartidas previstas no item 9, subitens 9.1, 9.1.1 a 9.1.25, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01
2	1º trimestre/ 24 Parcial	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, conforme contrapartidas previstas no item 9, 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.3, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01
3	1º trimestre/ 24 Parcial	Apresentação do relatório de “revisão”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.1, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01
4	1º trimestre/ 24 Parcial	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.2, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01
5	1º trimestre/ 24 Parcial	Apresentação do Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento, previsto no item 9, 9.4, 9.4.3, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01
6	1º trimestre/ 24 Parcial	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria, com avaliação da efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações, previsto no 9, subitens 9.4, 9.4.4, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7	1º trimestre/ 24 Parcial	Relatório trimestral contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.5, do período de janeiro e março/ 24.	Serviços	01
8	2º trimestre/ 24 Integral	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras, conforme contrapartidas previstas no item 9, subitens 9.1, 9.1.1 a 9.1.25, do período de abril a junho/ 24	Serviços	01
9	2º trimestre/ 24 Integral	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, conforme contrapartidas previstas no item 9, 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.3, do período de abril a junho/ 24.	Serviços	01
10	2º trimestre/ 24 Integral	Apresentação do relatório de “revisão”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.1, do período de abril a junho/ 24.	Serviços	01
11	2º trimestre/ 24 Integral	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.2, do período de abril a junho/ 24.	Serviços	01
12	2º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento, previsto no item 9, 9.4, 9.4.3, do período de abril a junho/ 24.	Serviços	01
13	2º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria, com avaliação da efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações, previsto no 9, subitens 9.4, 9.4.4, do período de abril a junho/ 24.	Serviços	01
14	2º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e	Serviços	01



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

		demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.5, do período de abril a junho/ 24.		
15	3º trimestre/ 24 Integral	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras, conforme contrapartidas previstas no item 9, subitens 9.1, 9.1.1 a 9.1.25, do período de julho a setembro/ 24	Serviços	01
16	3º trimestre/ 24 Integral	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, conforme contrapartidas previstas no item 9, 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.3, do período de julho a setembro/ 24.	Serviços	01
17	3º trimestre/ 24 Integral	Apresentação do relatório de “revisão”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.1, do período de julho a setembro/ 24.	Serviços	01
18	3º trimestre/ 24 Integral	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.2, do período de julho a setembro/ 24.	Serviços	01
19	3º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento, previsto no item 9, 9.4, 9.4.3, do período de julho a setembro/ 24.	Serviços	01
20	3º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria, com avaliação da efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações, previsto no 9, subitens 9.4, 9.4.4, do período de julho a setembro/ 24.	Serviços	01
21	3º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade	Serviços	01



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

		Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.5, do período de julho a setembro/ 24.		
22	4º trimestre/ 24 Integral	Auditoria de “revisão” de procedimentos e demonstrações financeiras, conforme contrapartidas previstas no item 9, subitens 9.1, 9.1.1 a 9.1.25, do período de outubro a dezembro/ 24	Serviços	01
23	4º trimestre/ 24 Integral	Auditoria de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, conforme contrapartidas previstas no item 9, 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.3, do período de outubro a dezembro/ 24.	Serviços	01
24	4º trimestre/ 24 Integral	Apresentação do relatório de “revisão”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.1, do período de outubro a dezembro/ 24.	Serviços	01
25	4º trimestre/ 24 Integral	Apresentação do relatório de “avaliação” das “demonstrações contábeis”, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.2, do período de outubro a dezembro/ 24.	Serviços	01
26	4º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento, previsto no item 9, 9.4, 9.4.3, do período de outubro a dezembro/ 24.	Serviços	01
27	4º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral de monitoramento das recomendações da auditoria de “revisão” referente a efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações, previsto no 9, subitens 9.4, 9.4.4, do período de outubro a dezembro/ 24.	Serviços	01
28	4º trimestre/ 24 Integral	Relatório trimestral da auditoria de “avaliação”, contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Serviços	01



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

		(NBCASP) e MCASP, previsto no item 9, subitens 9.4, 9.4.5, do período de outubro a dezembro/ 24.		
29	Prestação de contas anual	A data de apresentação do Relatório Anuais está prevista no item 5.3.	Serviços	01

5.2. Os relatórios trimestrais previstos neste Termo de Referência, deverão ser apresentados ao CRECISP, através da Superintendência, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do termino dos trabalhos de “revisão” de procedimento e “avaliação” das “demonstrações contábeis”.

5.3. Os relatórios anuais previstos neste Termo de Referências deverão ser apresentados ao CRECISP, através da Superintendência, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do termino dos trabalhos de “revisão” de procedimento e “avaliação” das “demonstrações contábeis”.

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. O objeto deste TR classifica-se como serviço comum, de caráter continuado, conforme determinação do TCU no Acórdão nº 1046/2014 - Plenário e, em cumprimento a essa decisão, a referida contratação será realizada por meio de licitação, pela modalidade pregão, no formato eletrônico, pelo critério do menor preço global.

5.4.2. Os serviços de auditoria são, em regra, comuns, sendo obrigatório o uso do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme Acórdão nº 1046/2014-Plenário, TC 018.828/2013-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 23.4.2014, para as licitações que os tenham por objeto, devido à padronização existente no mercado, geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas conhecidos e pré-estabelecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, que muito embora pese a experiência e o conhecimento pessoal do auditor, não afastam a possibilidade de que tais padrões de desempenho e qualidade sejam objetivamente definidos em edital.

5.4.3. A pretendida contratação em regime de execução de empreitada por preço global se justifica pela mensuração do quantitativo estimado, a ser prestado por preço certo e total, não importando transferência de risco desproporcional ao proponente, pois o preço do serviço objeto deste TR foi antecipadamente alvo de pesquisa de mercado para este tipo de contratação.

5.4.4. A prestação do serviço objeto deste TR não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o CRECISP, ficando vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta, ou indireta ao CRECISP.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representa-lo na execução do contrato.

6.9. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.13.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob a sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O fiscal do contrato deverá analisar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. Comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceda data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, previsto, com a devida comprovação.

7. DINÂMICA DOS TRABALHOS, DOS RELATÓRIOS E DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.1. A adjudicatária apresentará a relação dos profissionais que integrarão a sua equipe para prestação do serviço contratado, juntamente com os documentos comprobatórios da qualificação mínima desses profissionais, e os respectivos termos de confidencialidade e sigilo assinados.

7.2. A adjudicatária deverá apresentar, para aprovação da Fiscalização do Contrato, o Plano de Trabalho para execução do objeto contratado, contemplando os prazos de execução do serviço descrito na tabela constante do Item 5, relativos ao exercício financeiro e a respectiva entrega dos relatórios.

7.3. Os relatórios elaborados pela Contratada deverão ser enviados em formato digital ao e-mail assistente02.superintendencia@crecisp.gov.br, a Sra. Liciane Reis, tendo como assunto o nome da empresa e o documento enviado.

7.3.1. O documento deverá ser enviado, a depender do conteúdo, em formato pdf, .doc e/ou .xlsx, ou outro formato digital necessário para a apresentação do relatório.

7.3.2. Caso o documento enviado seja corrompido ou apresente alguma instabilidade que inviabilize a visualização do arquivo, as partes deverão analisar o melhor formato digital para apresentação do relatório.

7.3.3. Eventuais intercorrências que prejudiquem a visualização do arquivo serão resolvidas por e-mail entre as partes.

7.4. Na elaboração do referido Plano de Trabalho, a Contratada deverá considerar o prazo adequado para a realização do serviço.

7.5. O Plano de Trabalho e respectivos cronogramas deverão ser segregados em relação as atividades a serem desenvolvidas, que além de contemplar todo o serviço contratado, o diagnóstico do exercício anterior, se houver, e os fatores relevantes considerados para o planejamento a ser executado, devendo ainda integrar:

- a) cronogramas de visitas a serem realizadas, consoante as disposições previstas neste Termo de Referência e no Contrato;
- b) planejamentos com enfoque quanto a riscos e materialidade, descrevendo o modelo teórico-metodológico empregado, enfatizando os riscos que influenciam nos negócios, os fatores externos considerados, os eventos e transações relevantes, para cada área operacional, e o sumário de programas de trabalho por área a ser auditada;
- c) detalhamento dos procedimentos de auditoria a serem adotados com relação à verificação do cumprimento.

7.6. Apresentado o Plano de Trabalho e os respectivos cronogramas de atividades, o CRECISP poderá aprová-los ou rejeitá-los, no todo ou em parte, cabendo à Contratada a obrigação de refazer tais documentos, se for o caso, em tempo hábil ao cumprimento dos prazos descritos na tabela constante do Item 10 deste Termo de Referência, assumindo integralmente todos os ônus decorrentes.

7.7. Todos os relatórios deverão ser disponibilizados em 01 (uma) via impressa e também em meio eletrônico, por meio da Superintendência, devendo ainda conter glossário de termos técnicos utilizados.

7.8. O responsável técnico pelos serviços de auditoria deverá responsabilizar-se pela emissão dos relatórios de auditoria e demais relatórios e documentos.

7.9. Todos os relatórios (minuta ou versão final) emitidos pela Contratada para atender o objeto deste Termo de Referência deverão ser encaminhados à Superintendência, que por vez comunicará a Fiscalização do Contrato, observados os prazos definidos neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado.

7.10. A Contratada, deverá acompanhar a implementação das medidas propostas nos



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

relatórios, bem como informar à Fiscalização do Contrato o status das recomendações exaradas aos gestores do CRECISP.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO / ALTERAÇÃO / EXTINÇÃO / PENALIDADES / LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo de execução do serviço será, inicialmente, de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo o contrato ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o art. 106, de Lei nº 14.133/21, que se aplica nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos a critério e conveniência, mediante ajuste entre as partes e celebração de termo aditivo, desde que: (i) autorizado formalmente pela autoridade competente e (ii) mantidas todas as condições de habilitação da Contratada e a classificação de sua proposta no correspondente processo licitatório.

8.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados, conforme estabelece o art. 117, da Lei nº 14.133/21.

8.2. Segundo o § 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/21, se o prazo de vigência for superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

8.3. Nos termos dos incisos I e II, do art. 124, da Lei nº 14.133/21, o contrato poderá ser alterado unilateralmente, desde que não transfigure o objeto da contratação, ou por acordo entre as partes, cabendo ao CRECISP decidir sobre eventuais acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento, conforme art. 125, da referida Lei, sendo que o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais.

8.4. A contratação poderá ser resilida por iniciativa do CRECISP ou da adjudicatária do certame licitatório, a qualquer tempo e sem quaisquer ônus para a outra parte, mediante distrato, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e que a Fiscalização do Contrato se manifeste no sentido de que não há motivo impeditivo para a rescisão relacionado ao eventual descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais que possa ensejar aplicação de penalidades ou mesmo a rescisão contratual.

8.5. A futura contratação poderá ser extinta, conforme previsão contida nos incisos I a X, do art. 137, da Lei nº 14.133/21, resguardando-se o direito do contraditório e da ampla defesa; contudo o contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas nos incisos I a V, do § 2º do mesmo artigo aqui mencionado.

8.5.1. As previsões contidas nos arts. 138 e 139 da referida Lei nº 14.133/21 poderão ser aplicadas, dependendo das circunstâncias.

8.6. Os serviços objeto deste “Termo de Referência” serão realizados pelos profissionais da adjudicatária do certame licitatório, de forma presencial, nas dependências da sede do CRECISP, à Rua Pamplona nº 1200, jardim paulista, na cidade de São Paulo-SP.

8.6.1. Somente por motivos plausíveis, justificados e previamente aceitos pelo CRECISP, ou por força de fatos ou eventos imprevisíveis ou de difícil previsão, que não possam ser evitados, poderão, ser realizados, em parte, à distância, em formato on-line, desde que autorizados pelo CRECISP.

8.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/21.

8.8. As penalidades serão estabelecidas no Edital, conforme art. 25, da Lei nº 14.133/21, bem



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

como no contrato.

9. OBRIGAÇÃO DA ADJUDICATÁRIA: DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM ALCANÇADOS, QUE CARACTERIZAM AS CONTRAPARTIDAS (OBRIGAÇÕES DE FAZER) E OUTRAS OBRIGAÇÕES

9.1. As principais diretrizes relacionadas à auditoria pretendida consistem na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos relacionados às revisões de outras informações contábeis, contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicáveis, em especial as NBC TAs e NBC TR 2400 e normas internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 e sua evolução), formuladas para auditores independentes, que estabelecem diretrizes para investigações técnicas, incluindo a emissão de relatórios circunstanciados, além de boas práticas, alcançando as demonstrações financeiras e outros procedimentos que serão revisados (trimestrais e anualmente), bem como a auditoria de avaliação das “Demonstrações Contábeis” e Notas Explicativas, na forma estabelecida na NBC TA 700 (e sua evolução), de acordo com os princípios fundamentais, criando as seguintes obrigações de fazer:

9.1.1. Revisar trimestral e anualmente, os registros contábeis das receitas e das despesas orçamentárias, observando os incisos I e II, do art. 35 e o art. 57, ambos da Lei nº 4.320/64, c.c. as NBC T 16 e NBC-TSP e a evolução desses normativos; os registros em contas de controles - Contas de Natureza Orçamentária para Conferência de Saldos, envolvendo os atos potenciais ativos e passivos; contas de controle de Restos a Pagar dos grupos 5.4 e 6.4 do plano de contas do CRECISP, referentes Restos a Pagar Processados - Inscrição no Exercício que também integra as contas de controles; a dívida ativa – fases administrativa e executiva, como: inscrições, recebimentos, baixas por cancelamentos, prescrições e/ou decadências e ajustes de perdas; as provisões de 13º salários, férias e de ações trabalhistas e cíveis; as contingências ativas e passivas; variações patrimoniais resultantes e independentes da execução orçamentária, de acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/64, recepcionadas pelo MCASP 2022 - Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, alcançando, ainda, todos os demais registros contábeis contemplados nos “Balancetes para Verificação”, que serão disponibilizados à adjudicatária do certame licitatório, a cada trimestre e anualmente, ou seja, após o fechamento das prestações de contas trimestrais, bem como da Prestação de Contas Anual do exercício.

9.1.2. Revisar trimestral e anualmente a alocação no orçamento, incluindo as eventuais reformulações envolvendo dotações de “despesas de exercício anteriores” e sua execução, decorrentes de compromissos que não foram inscritos em Restos a Pagar ou que tenham inscrições interrompidas, observando o art. 37 da Lei nº 4.320/64;

9.1.3. Revisar trimestral e anualmente as concessões de “Suprimentos de Fundos (regime de adiantamento)”, as destinações (para despesas correntes: material e consumo ou serviços de pessoas físicas e jurídicas), as comprovações e as eventuais glosas e alcances;

9.1.4. Revisar trimestral e anualmente a proposta orçamentária anual, incluindo as reformulações orçamentárias durante o exercício, por meio de abertura de créditos adicionais especiais e/ou suplementares, de acordo com o art. 43, § 1º, incisos I a V e §§ 2º e 3º da Lei nº 4.320/64, observando o MCASP, Resoluções do COFECI, Regimento Interno do CRECISP, Regimento Padrão dos CRECI's, além de outras normas aplicáveis ao fim, de que



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

tratam da temática e sua execução;

9.1.5. Revisar trimestral e anualmente os procedimentos contábeis, financeiros e patrimoniais, alcançando a conciliação de saldos bancários; conciliação de aplicações financeiras; recebimentos e processos de pagamentos;

9.1.6. Revisar trimestral e anualmente o controle da Dívida Ativa, nas fases administrativa e executiva, incluindo as baixas decorrentes de recebimentos e as novas inscrições, alcançando as prescrições e decadências, bem como ajustes de perdas;

9.1.7. Revisar trimestral e anualmente o controle de contas a pagar; processos licitatórios por quaisquer das modalidades e tipos; dispensas e inexigibilidades licitatórias; controle de contratos privados e administrativos; controle de convênios onerosos e não onerosos;

9.1.8. Revisar trimestral e anualmente os Relatórios de informações da contabilidade, tanto manuais (papéis impressos), quanto automatizados (sistemas);

9.1.9. Revisar trimestral e anualmente, o controle de estoque do almoxarifado (bens de almoxarifado inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64, recepcionados pelos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 2022 Parte II); aquisições, incorporações e baixas/desincorporações de bens móveis, equipamentos, bens imóveis, do ativo imobilizado (NBC TSP – 07 – Ativo Imobilizado); redução ao valor recuperável; desreconhecimento do valor contábil de itens do ativo imobilizado; bens intangíveis, do ativo intangível; amortização de bens intangíveis; depreciação de bens móveis e imóveis; alienações ou quaisquer outras formas de desfazimentos com transferência de domínio; avaliação e reavaliação de bens móveis e imóveis (art. 106, da Lei nº 4.320/64 c.c. as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e MCASP), cuja mensuração se faz necessária periodicamente para que os bens passem por um processo visando adequar o seu valor contábil; controle de cobertura de seguros de bens móveis e imóveis; controle de rastreamento de veículos;

9.1.10. Revisar trimestral e/ou anualmente os ajustes de perdas da Dívida Ativa, por meio de uma conta redutora do ativo, em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva (VPD), independentemente da metodologia utilizada pelo CRECISP para sua mensuração, que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos, cujas Notas Explicativas deverão ser divulgadas, relacionadas a créditos tributários: anuidades de pessoas física e jurídicas e não tributários: multas eleitorais e multas disciplinares, das fases administrativa e de execução fiscal na justiça federal, ressaltando-se que o valor do ajuste para perdas deve ser revisto ao menos anualmente, para fins de elaboração das demonstrações contábeis, conforme item 5.2.5 - Ajuste para Perdas da Dívida Ativa - MCASP 2022 Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

9.1.11. Revisar trimestral e anualmente o controle de abastecimentos de combustíveis de veículos da frota do CRECISP e o controle de manutenção de veículos, incluindo a contratação terceirizadas de rastreamentos de veículos;

9.1.12. Revisar trimestral e anualmente a gestão de custos, conforme NBC T 16.11 (Resolução CFC nº 1.366/2011), que dispõe sobre o Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SISCSP), sem prejuízo da mensuração de percentuais em relação a valores efetivamente gastos, da forma prevista nas orientações do TCU, Capítulo 03 – Governança, Estratégia e Desempenho, para a prestação de contas anual, com as inovações trazidas pela IN-TCU nº 84/2020, que requer as seguintes informações: valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional; valor total gasto com as demais atividades



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação); valor total gasto com indenizações a conselheiros, indicando o total gasto com diárias, passagens, jetons, auxílios representação e demais verbas indenizatórias, ressaltando-se que as despesas com fiscalização devem conter, exclusivamente: as despesas com salários, encargos e benefícios dos fiscais no exercício da atividade; despesas com transporte e com veículos e equipamentos utilizados na fiscalização, incluindo custos de manutenção e combustíveis; diárias para cobrir estadia e alimentação dos fiscais, despesas com capacitação dos fiscais e custos com telefonia móvel institucional utilizada pelos fiscais, sendo que nesse valor não devem ser incluídos as aquisição e aluguel de imóveis, nem o valor de aquisição de automóveis, aliado ao fato de que na mesma Instrução Normativa do TCU, no item Gestão de pessoas, exige o percentual de fiscais (atuando em atividades de fiscalização) em relação ao total de colaboradores do conselho;

9.1.13. Revisar trimestral e anualmente os reembolsos de combustíveis e de pedágios, na forma prevista na Portaria nº 9453/2022, que define ressarcimento de despesas com veículo próprio, assim como de quaisquer outros ressarcimentos independentemente da origem do fato gerador;

9.1.14. Revisar trimestral e anualmente as folhas de pagamentos mensais; férias; abonos pecuniários; 13º salário; 1/3 de férias constitucionais; horas extras; auxílio creche; diárias de funcionários; vale-alimentação; vale-transporte; vale- refeição; rescisões contratuais trabalhistas; indenizações trabalhistas; provisões para 13º salário e de férias; retenções de impostos/contribuições na fonte, como: imposto de renda, contribuição sindical, empréstimos consignados, pensão alimento e outros descontos em folhas de pagamentos; encargos patronais incidentes, como FGTS, PIS/PASEP, INSS, etc.; cobertura de seguros de vida de funcionários;

9.1.15. Revisar trimestral e anualmente as provisões sobre ações judiciais cíveis e trabalhistas; Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

9.1.16. Revisar trimestral e anualmente o reconhecimento da receita tributária de contribuição social, referente as anuidades de pessoas físicas e jurídicas do exercício, inscritas na jurisdição do CRECISP;

9.1.17. Revisar trimestral e anualmente a contabilização dos depósitos judiciais para garantia de ações cíveis e trabalhistas; depósitos judiciais de ações cíveis e trabalhistas para recorrer de ações em instâncias superiores; depósitos judiciais no bojo de ações rescisórias com decisões de méritos, transitadas em julgado; depósitos judiciais para pagamentos de honorários sucumbenciais de ações onde o CRECISP tenha sido a parte vencida;

9.1.18. Revisar trimestral e anualmente as retenções na fonte sobre contratos administrativos e privados; cauções; retenções na fonte sobre Notas Fiscais, como IRPJ, CSLL, COFINS, INSS, ISSQN;

9.1.19. Revisar trimestral e anualmente os valores alocados no orçamento e eventuais reformulações orçamentárias, referentes a cota parte a favor do COFECI sobre os valores dos itens de arrecadação com incidência, alcançando a execução e, conseqüentemente, as transferências compulsórias ou não compulsórias e o saldo a pagar;

9.1.20. Revisar trimestralmente e anualmente EFD-Reinf, eSocial, DCTFWeb, CAGED, RAIS, DIRF, além de outras obrigações correlatas.

9.1.21. Revisar trimestral e anualmente os cálculos de acréscimos sobre eventuais empréstimos concedidos, bem como ajustes de perdas prováveis em razão de mora e a



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

amortização;

9.1.22. Revisar trimestral e anualmente as escriturações das Notas Fiscais emitidas nas bases das Prefeituras Municipais dos fatos geradores, referentes a contratações de prestações de serviços de terceiros;

9.1.23. Revisar trimestral e anualmente a obrigatoriedade de divulgação no Portal da Transparência do CRECISP, conforme determina o inciso II, do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 12.527/11 de acesso à informação, c.c. o art. 24 da RESOLUÇÃO-COFECI nº 1.485/2022 (Publicada no D.O.U nº 245, de 29/12/22, Seção 1, fls.1075-1076), de modo a permitir que o cidadão acompanhe a arrecadação de receitas e a sua destinação em despesas públicas; rol de Notas de Empenhos, com os credores e as liquidações das despesas; prestações de contas trimestrais e anuais; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados administrativos e privados; verbas de caráter indenizatório pagos a Conselheiros e Diretores, como: diárias, passagens aéreas e terrestres, jetons e auxílios de representação; Relatório de Gestão Anual; dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras e respostas e perguntas mais frequentes da sociedade de modo a incentivar a participação social na fiscalização dos gastos e investimentos do setor público; dados funcionais sobre os funcionários com ocupação de cargos e funções de confiança; cargos em comissão; remunerações, gratificações e benefícios, gastos com viagens realizadas em serviço e outras informações, assegurando conforme estabelece o inciso I, do art. 24 da RESOLUÇÃO-COFECI acima mencionada, que as contas permaneçam disponíveis por um período mínimo de 5 (cinco) anos a contar do encerramento do exercício financeiro a que se referem, conforme requisitos estabelecidos no § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação;

9.1.24. Revisar a cada final do exercício as inscrições de Restos a Pagar Processados e Não processados – o último se for o caso -, bem como os pagamentos no exercício decorrentes das inscrições do exercício anterior e os eventuais cancelamentos, sendo que os últimos não se confundem com recebimentos de recursos provenientes de ressarcimentos ou de restituições de despesas pagas em exercícios anteriores que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício (inciso I, do art. 35, da Lei nº 4.320/64), observando os reflexos nas contas de controle de Restos a Pagar, dos grupos 5.4 e 6.4 do Plano de Contas do CRECISP;

9.1.25. Revisar outros procedimentos não alcançados por este item, desde que tenham relação com o objeto deste TR.

9.2. Como o alcance da auditoria de “revisão” é significativamente menor do que o de uma auditoria de “avaliação” da forma estabelecida nas normas de auditoria, a adjudicatária do certame licitatório se obriga, também, a proceder a auditoria de “avaliação” das “Demonstrações Contábeis” conforme NBC TO 3000, considerando, também a NBC PA 01, incluindo as Notas Explicativas das DCASP, expressando, claramente, a opinião por meio de relatório do auditor independente, por escrito, com base na avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria obtida, aplicando-se, também, a NBC TA 700 e NBC TA 800 (e sua evolução), Resolução CFC nº 1.236/2019, ressaltando-se que a referência a “demonstrações contábeis” significa “o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins gerais (conforme definição no item 13 da NBC TA 200 c.c a NBC TSP e sua evolução), aliados aos requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável, que determinam a forma e o conteúdo das demonstrações contábeis e o que constitui o conjunto completo das Demonstrações



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e das Notas Explicativas às DCASP, previstas no MCASP 2022 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte V, tendo em vista que os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis dos períodos com os quais se relacionam, portanto, reconhecidos pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária, conforme NBC TSP 11, alcançando as seguintes “demonstrações contábeis”:

- a. Balanço Patrimonial;
- b. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e. Balanço Orçamentário;
- f. Balanço Financeiro;
- g. Notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas; e
- h. Informação comparativa com o período anterior.

9.2.1. A auditoria de avaliação das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de opinião sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

9.2.2. As normas de auditoria independente aplicáveis às demonstrações contábeis estabelecem como método para a obtenção de evidências de auditoria o procedimento analítico, que é definido como: a avaliação das informações contábeis obtidas por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.

9.2.3. A auditoria das “Demonstrações Contábeis” em relação ao Balanço Orçamentário, alcança, também, os Quadros da Execução de Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados, previstos no MCASP 2022 Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

9.3. Poderá no curso de cada etapa do trabalho, da auditoria de revisão de procedimentos e controles e de avaliação das “Demonstrações Contábeis”, haver a necessidade de solicitação de auditoria, que é o documento utilizado pelo auditor para formalizar a solicitação de documentos, de justificativas, de informações e de esclarecimentos sobre os assuntos pertinentes à ação de auditoria executada.

9.4. Com o resultado da execução dos serviços deverão ser entregues ao CRECISP os seguintes relatórios:

9.4.1. Relatório trimestral e anual do auditor independente sobre a auditoria de revisão das informações contábeis intermediárias, alcançando todos os itens revisados, previstos no item 9 e subitens subsequentes;

9.4.2. Relatório trimestre e anual do auditor independente, sobre a auditoria de avaliação das Demonstrações Contábeis, que são elaborados em cada prestação de contas trimestral, com exceção das Notas Explicativas que são elaboradas por ocasião da prestação de contas anual, que é o documento conclusivo, de caráter formal e técnico, emitido pelo Auditor, que refletirá os resultados obtidos, as constatações e as recomendações.

9.4.3. Relatório trimestral e anual contemplando o diagnóstico a respeito de cumprimentos aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo CFC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB -



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

International Accounting Standards Board, com recomendações para o aprimoramento;

9.4.4. Relatório trimestral e anual de monitoramento das recomendações da auditoria, com avaliação da efetividade das ações implantadas em decorrência das recomendações;

9.4.5. Relatório trimestral e anual circunstanciado, contendo recomendações para melhoria dos procedimentos contábeis e demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

9.5. Outras obrigações da adjudicatária e vedações:

9.5.1. As despesas objeto deste Termo de Referência, com deslocamento de pessoal do quadro da Contratada para a estrita e necessária execução do serviço contratado, assim entendidas as relacionadas a passagens aéreas, deslocamento terrestre, deslocamento local por táxi ou por outro meio equivalente, hospedagem e alimentação, além de outras que possam ocorrer, serão honradas (pagas), exclusivamente, pela Contratada.

9.5.2. Arcar com todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço objeto do Contrato, podendo o CRECISP, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade.

9.5.3. Fica, desde logo, convencionado que o CRECISP poderá descontar de qualquer crédito da Contratada, objeto da contratação, a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal, ou judicial;

9.5.4. Todos os encargos fiscais, tributários, trabalhistas, sociais, previdenciários, sociais e comerciais decorrentes do Contrato serão de responsabilidade integral e exclusiva da Contratada;

9.5.5. Emitir Termo de Confidencialidade e Sigilo, em consonância com as Normas expedidas pelo CFC, de forma a manter sigilo quanto aos conhecimentos, dados e informações de propriedade do CRECISP, relativos ao Plenário, Conselheiros, Diretoria, Conselho Fiscal e funcionários, alcançando os aspectos econômico-financeiros, judiciais, tecnológicos e/ou administrativos, tais como produtos, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação e todos e quaisquer outros, repassados por força do objeto do Contrato, só podendo serem utilizados no cumprimento e execução do serviço;

9.5.6. Sempre que exigido pelo CRECISP e independentemente de justificativa por parte deste, a Contratada deverá substituir sem qualquer ônus para a Contratante, qualquer empregado/prestador de serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;

9.5.7. A Contratada, resguardando os aspectos de sigilo, quando previamente autorizada, por escrito, pelo CRECISP, deverá fornecer as informações que forem julgadas necessárias ao trabalho dos auditores independentes que a sucederem, as quais serviram de base para emissão dos relatórios, das demonstrações financeiras e pareceres, ou relatórios de exercícios anteriores auditados;

9.5.8. A Contratada deverá informar os dados da empresa e o nome do auditor responsável técnico pelo trabalho de asseguarção razoável na Escrituração Contábil Digital (ECD), inclusive a assinatura da Escrituração Contábil Digital (ECD) substituída, quando for o caso;

9.5.9. Fica estabelecido que a Contratada é, para todos os fins e efeitos jurídicos, a única e exclusiva empregadora daqueles que lhe prestam serviço, afastando o CRECISP, em qualquer hipótese, das responsabilidades trabalhistas e previdenciárias;

9.5.10. Executar o serviço conforme especificações deste Termo de Referência (item 9 e



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

subitens subsequentes), aliado a forma consignada proposta comercial/de preço da Contratada, no Edital e no instrumento contratual;

9.5.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado a gestão do CRECISP, ou a terceiros, devendo ressarcir imediatamente ao CRECISP em sua integralidade, ficando o CRECISP autorizado a descontar dos valores de Notas Fiscais a pagar devidas à Contratada, os valores correspondentes aos danos sofridos, resguardando-se o exercício do direito do contraditório e da ampla defesa;

9.5.12. Utilizar empregados e prestadores de serviços habilitados e com conhecimentos básicos do serviço a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor, sem apresentar justificativa ao CRECISP, que poderá, ou não os aceitar;

9.5.13. Vedar a utilização, na execução do serviço, de empregado ou prestador de serviços que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010;

9.5.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CRECISP, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

9.5.15. Promover a organização técnica e administrativa do serviço, de modo a conduzi-lo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, nos prazos determinados;

9.5.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.5.17. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.5.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do serviço;

9.5.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança adotadas pelo CRECISP.

9.5.20. Nenhum documento do CRECISP poderá ser retirado ou solicitado para análise em outro lugar que não seja na sede do órgão.

10. OBRIGAÇÕES DO CRECISP, NA CONDIÇÃO DE CONTRANTE

10.1. São obrigações do CRECISP:

10.1.1. Emitir Ordem de Serviço (OS), para início da execução do serviço objeto deste Termo de Referência;

10.1.2. Disponibilizar à Contratada, quando solicitado, informações e dados técnicos necessários à execução do serviço, cujas informações sejam de competência do CRECISP;

10.1.3. Emitir "Termo de Recebimento e Aceitação dos Serviços", ou atesto nas Notas Fiscais/faturas, após conferência e aceitação do serviço efetivamente prestado;

10.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e com os termos constantes da proposta da Contratada;

10.1.5. Notificar a contratada, por escrito, quando da ocorrência de eventuais imperfeições,



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do serviço, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções propostas pela Contratada sejam as mais adequadas;

10.1.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço, por empregado ou empregados especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à Superintendência, para as providências cabíveis;

10.1.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos no Edital e no contrato, tendo-se como base a proposta comercial/de preço global, equivalente a 12 (doze) meses, da seguinte forma:

10.1.7.1. O valor da proposta de preço global mais vantajosa apresentada pela adjudicatária (vencedora do certame licitatório), equivalente a 12 (doze) meses, será pago de forma trimestral, após até 5 (cinco) dias úteis da apresentação dos correspondentes relatórios, acompanhados da Nota Fiscal/fatura, que deverá ser atestada pelo fiscal do contrato;

10.1.7.2. O valor da proposta de preço global, equivalente ao período de 12 (doze) meses será pago a adjudicatária, cada trimestre, na proporção do tempo, condicionado a efetiva prestação do serviço, da forma prevista no Edital e no contrato;

10.1.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber;

10.1.9. Fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento do serviço;

10.1.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, no curso da contratação;

10.1.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais.

10.1.12. As obrigações do CRECISP, acima detalhadas, além de outras que se fizerem necessárias, estão previstas no Edital e na minuta do contrato.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

11.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

11.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

DO RECEBIMENTO

11.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

referem a parcela a ser paga.

11.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.3.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

11.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.4. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por empregado ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

11.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

11.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.12. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo do Pagamento

11.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

11.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

12.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

12.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

12.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

12.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

12.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

12.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, e

12.23.3. Os documentos acima referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da escrituração Contabil Digital – ECD ao Sped.

12.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

12.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

12.27. Os licitantes deverão apresentar:

12.27.1. Registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) da empresa e do responsável técnico, mediante comprovação atualizada do correspondente CRC;

12.27.2. Registro da empresa e do responsável técnico no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

12.27.3. Atestado(s) de capacidade técnica, que comprovem a realização de serviço de auditoria independente em demonstrações contábeis, nos termos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

12.27.4. Outros documentos exigidos no Edital.

12.28. Qualificação da equipe técnica e suas atribuições:

12.28.1. A equipe técnica para a execução do serviço deverá ser composta considerando o disposto neste Termo de Referência e seus Anexos.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

12.28.2. Para o alcance do objeto deste TR será exigido o número mínimo de 03 (três) auditores, sendo um responsável técnico pela Auditoria e os outros 2 (dois) serão componentes da equipe técnica.

12.28.3. Qualquer alteração na equipe mínima designada para a prestação dos serviços deverá ser, previamente, autorizada pelo CRECISP, mediante o envio, ao Fiscal do contrato, das informações relacionadas ao profissional substituto, que deverá preencher todos os requisitos estabelecidos para a função.

12.28.4. Qualquer modificação na constituição da equipe técnica, durante a execução dos serviços, não acarretará despesa para o CRECISP, nem justificará atraso no Cronograma de execução do trabalho.

12.28.5. O responsável técnico será o representante legal da Contratada e o responsável pela entrega de todos os serviços relacionados neste Termo de Referência, e, ainda, deverá:

- a) Gerenciar todas as fases do projeto e coordenar as atividades feitas;
- b) Zelar pelo cumprimento do Cronograma de trabalho estabelecido no projeto;
- c) Ser o interlocutor entre a Contratada e o CRECISP, podendo ser convocado para participar de reuniões que tenha como pauta os serviços objeto da contratação pretendida.

12.28.6. Além da Equipe Técnica mencionada no subitem 12.28.2, a Contratada deverá comprovar que dispõe, em seu quadro próprio de pessoal, de, pelo menos mais 1 (um) profissional para apoiar os trabalhos da Auditoria pretendidos.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 104.750,00 (cento e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas com a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta da Dotação a ser definida pelo Conselho no orçamento do exercício de 2024 – subordinando-se ao princípio da anualidade orçamentária (art. 2º da Lei nº 4.320/64), c.c. o art. 105 da Lei nº 14.133/21, que recomendam a disponibilização de crédito e a aplicação da proporcionalidade em relação ao tempo – bem como do exercício subsequente, de forma a alcançar o tempo da contratação pretendida, obrigando ao CRECISP a proceder a alocação de recurso orçamentário destinado ao fim.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Termo Aditivo ou Apostilamento.

14.3. Apenas para conhecimento, o elemento de despesa da atual contratada é 6.3.1.2.03.01.002 – AUDITORIAS CONTÁBIL, FINANCEIRAS E JURÍDICAS – do exercício de 2024.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

Liciana Maria de Lucia Reis
Superintendência

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90009/2024

MODELO PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS
(Papel Timbrado da Licitante)

Objeto: Contratação de empresa do ramo, especializada e habilitada, visando a prestação de serviços de serviço de auditoria independente (auditoria externa), para revisão e avaliação do ambiente de controles internos relacionados aos procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, recursos humanos (pessoal), incluindo as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, além de outros, no âmbito do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – CRECISP, da forma prevista no item relativos as “obrigações da adjudicatária - descrição dos serviços a serem alcançados – contrapartidas” neste TR, aplicando-se a NBC T 11 e sua evolução, utilizando-se de procedimentos por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cujo processo será conduzido por meio da modalidade licitatória Pregão (I, do art. 28), em formato eletrônico, do tipo menor preço (XLI, do art. 6º, c.c. o § 5º do art. Art. 8º e § 4º, do art. 17, I, art. 33, todos da Lei nº 14.133, de Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, publicada no DOU de 1º.4.2021 - Edição extra-F), conforme determinação contida no Acórdão nº 1046/2014 - Plenário - TCU, ressaltando-se que os trabalhos de auditoria pretendidos alcançarão os três tipos principais aplicáveis ao setor público: auditoria de demonstrações financeiras, auditoria de conformidade e auditoria operacionais, sendo que os objetivos de cada uma determinam as normas que lhe são aplicáveis.

São Paulo, ... de de 2024.

Ao
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região

Ref.: Proposta Comercial

Item	Descrição	Valor Trimestral R\$	Valor Total dos 4 (quatro) trimestres anuais, equivalentes a 12 (doze) meses R\$
1			
Preço Total = R\$ (valor por extenso)			

Validade da proposta:

Condições de pagamento:

Declaramos atender todos os itens.

Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

Telefone:

E-mail:.....

Banco:..... – Conta:..... – Agência:.....

Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome:

Cargo:

Identidade:

CPF:

Declaramos atender todos os itens do Edital.

Atenciosamente,

.....

(representante legal)

(nome/cargo)

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90009/2024

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AUDITORIA EXTERNA, QUE FAZEM ENTRE
SI O CONSELHO REGIONAL DE
CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO E
A EMPRESA**

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob nº. 62.655.246/0001-59, com sede à Rua Pamplona, 1200, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01405-001, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu **Presidente, Sr. José Augusto Viana Neto**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador do CPF/MF nº. 606.428.828/00 e RG nº. 4.941.090 SSP/SP e pelo **Diretor Tesoureiro, Sr. Francisco Pereira Afonso**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador do CPF/MF nº. 013.034.638-14 e RG nº. 12.216.414 SSP/SP, nomeados pelo Termo de Posse regularmente registrado sob nº 2.045.768 no Livro de Registro B do 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo na data de 3 de agosto de 2021, firma com a empresa, CNPJ nº., com sede à nº., CEP – Bairro –/UF, adiante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr.(a)**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº e CPF/MF nº, tendo em vista o que consta no Processo SECOM nº 060/2023, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo do Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90009/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa do ramo, especializada e habilitada, visando a prestação de serviços de serviço de auditoria independente (auditoria externa), para revisão e avaliação do ambiente de controles internos relacionados aos procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, recursos humanos (pessoal), incluindo as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, além de outros, no âmbito do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – CRECISP, da forma prevista no item relativos as “obrigações da adjudicatária - descrição dos serviços a serem alcançados – contrapartidas” neste TR, aplicando-se a NBC T 11 e sua evolução, utilizando-se de procedimentos por meio de provas seletivas, testes e amostragens, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Valor Trimestral R\$	Valor Total dos 4 (quatro) trimestres anuais,
------	-----------	-------------------------	--



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

			equivalentes a 12 (doze) meses R\$
1			
Preço Total = R\$ (valor por extenso)			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., prorrogável por até 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A programação dos fechamentos trimestrais será conforme informações abaixo:

1º Trimestre: 15/05/2024
2º Trimestre: 15/08/2024
3º Trimestre: 15/11/2024
4º Trimestre: 28/02/2025

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação conforme previsão no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor trimestral da contratação será de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxx), totalizando o valor anual de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. A empresa vencedora do certame a ser denominada Contratada deverá observar a obrigação de junto a assinatura do contrato e devolução enviar uma minuta da nota fiscal para análise por parte da Assessoria Contábil da Contratante;

6.3. A contratada por ser autarquia federal sujeita-se às normas previstas na IN 1,2,3,4 no tocante a retenção de tributos, por tal motivo poderá a contratante, quando da liquidação, abater do valor a pagar o montante correspondente à retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/10/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O presente instrumento e contrato reger-se-á, no que couber, pela Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

10.2. A CONTRATADA e seus empregados, em todas as etapas da prestação de serviços objeto deste contrato e mesmo após o término da vigência contratual, obrigam-se a guardar sigilo de todos os dados sensíveis ou não, de que venham a ter conhecimento, bem como trata-los como matéria sigilosa.

10.3. O CONTRATANTE veda todo e qualquer compartilhamento, gratuito ou oneroso, dos dados sensíveis ou não, anonimizados ou não, repassados ou não à CONTRATADA e seus empregados para a prestação de serviços contratados, perante terceiros ou empresas do mesmo grupo da CONTRATADA sob qualquer hipótese, excetuando-se os casos previstos na referida lei.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.4. O eventual acesso pela CONTRATADA e seus empregados a dados pessoais de corretores de imóveis, dirigentes ou funcionários do CONTRATANTE implicará o mais absoluto dever de sigilo.

10.5. A CONTRATADA e seus empregados deverão cumprir as normas de confidencialidade e segurança, com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e em caso de descumprimento, o CONTRATANTE responsabilizará, na forma da lei, os dirigentes e empregados envolvidos durante e após a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 15% do valor do Contrato.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do CRECI 2.ª Região, elemento de despesa 6.3.1.2.03.01.002 – Auditorias Contábil, Financeiras e Jurídicas – do orçamento de 2024. Nota de Empenho nº xxxx/xxxx

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, será o da Justiça Federal da Capital do Estado de São Paulo.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Paulo, xx de xxx de 2024.

CONTRATANTE
Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

José Augusto Viana Neto
Presidente

Francisco Pereira Afonso
Diretor Tesoureiro

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXX
XXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....
NOME:
RG:

.....
NOME:
RG: